



CNPJ nº 10.629.105/0001-68

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto lucro/prejuízo por ação)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
22	-	-	15.583.960	14.360.653
23	-	-	(12.469.053)	(7.085.876)
	-	-	3.114.907	7.274.777
24	(20.261)	(61.231)	(802.703)	(556.305)
25	373	(543)	(491.868)	273.857
	2.357.843	10.238.939	1.809.322	6.945.461
26	752	956	359.744	865.730
26	(63.855)	(51.218)	(2.267.761)	(1.576.425)
26	(36.238)	93.957	(133.918)	126.353
	2.258.502	10.282.634	(232.613)	6.361.119
27	-	-	(419.518)	(567.521)
27	(7.023)	18.972	2.903.610	4.508.008
	2.251.479	10.301.606	2.251.479	10.301.606
Resultado por ação básico e diluído				
Básico	20,3	2,772	12,346	2,772
Diluído	20,3	2,770	12,293	2,770

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	2.258.502	10.282.634	(232.613)	6.361.119
	24	112	5.855.918	2.494.296
	99.043	(47.366)	1.926.770	975.760
	70.762	70.870	70.762	70.870
	(2.377.731)	(10.300.713)	-	-
	1.986	101	(41.689)	(90.512)
	-	-	(178.745)	(68.409)
	52.586	5.638	7.400.403	9.684.712
	-	-	(872.444)	1.321.427
	142	(661)	343.269	(330.100)
	82	74	(6.302)	(1.472)
	-	34	72.530	(484.764)
	-	-	211.160	(21.657)
	-	-	(300.785)	(304.582)
	19.694	203.648	-	-
	-	-	64.421	136.078
	-	-	937	(7.115)
	2	-	32.448	(226)
	625	17.040	1.719.209	220.982
	94.711	7.094	261.252	49.856
	(302)	(10.838)	(794.885)	(672.365)
	(271.377)	(176.344)	-	-
	-	9	(4.511)	-
	(43)	-	44.867	78.711
	(103.880)	45.694	8.171.569	9.669.485

Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício (antes de impostos)				
Depreciação e amortização				
Resultado financeiro				
Remuneração com base em plano de ações				
Resultado de equivalência patrimonial				
Provisão para contingências/perdas/P&D				
Contratos de arrendamento/ Alteração da provisão de abandono				
Ganho por compra vantajosa				

(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber				
Tributos a recuperar				
Despesas antecipadas				
Adiantamento a fornecedores				
Estoque de óleo				
Estoque de consumíveis				
Partes relacionadas				
Adiantamento a parceiros em operações de E&P				
Depósito e cauções				
Outros créditos				
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores				
Obrigações trabalhistas				
Tributos e contribuições sociais				
Partes relacionadas				
Provisão para abandono				
Outras obrigações				
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais				

Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Compra) venda de ativo imobilizado				
(Compra) venda de ativo intangível				
(Aquisição) de ativos de óleo e gás				
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento				

Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos				
Pagamento de principal sobre empréstimos				
Juros pagos sobre empréstimos				
Pagamento de principal sobre arrendamento				
Juros pagos sobre arrendamento				
Captação de debêntures				
Juros pagos sobre debêntures				
Operação com derivativos				
(Redução) Integralização de capital				
Recuperação de ações em tesouraria				
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento				
Ajuste de conversão				
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício				
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional: A Prio S.A. ("Prio" ou "Companhia") foi constituída em 17 de julho de 2009. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como principal objetivo a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país e no exterior, com foco na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo e gás natural. Para efeitos deste relatório, a Prio S.A. e suas controladas são denominadas, isoladamente ou em conjunto, "Companhia" ou "Grupo", respectivamente. Suas atividades relevantes são realizadas através das controladas Prio Forte S.A. ("Forte"), Prio Bravo Ltda. ("Bravo") e Prio Tigris Ltda. ("Tigris"), voltadas para a produção de óleo e gás natural, operando nas seguintes Bacias e Campos:

País	Bacia	Bloco	Campo	Concessionário	%	Status	Fase
Brasil	Campos	BM-C-8	Polvo	Bravo	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	C-M-466	Tubarão Martelo	Bravo e Forte	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	Frade	Frade	Bravo e Forte	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	Albacora Leste	Albacora Leste	Forte	90%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BMC-7	Peregrino	Tigris	80%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	80%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-30	Wahoo	Forte	64%	Operador	Desenvolvimento
Brasil	Campos	BM-C-32	Itaipu	Forte	100%	Operador	Exploração
Brasil	Foz do Amazonas (*)	FZA-M-534	-	Forte	100%	Operador	Exploração
Brasil	Foz do Amazonas (*)	FZA-M-259	Pirapema	Forte	100%	Operador	Exploração

(*) Os contratos de concessão dos blocos na Foz do Amazonas estão suspensos desde 2023 após solicitação da Prio devido ao atraso no licenciamento da região.

Campo de Polvo: A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Polvo, adquirido da BP Energy do Brasil Ltda. ("BP") - 60% em 2014 e da Maersk Energia Ltda. ("Maersk") - 40% em 2015. O Campo de Polvo está localizado na porção sul da Bacia de Campos (offshore), a 100 km (*) a leste da cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 134 km² (*). **Tubarão Martelo ("TBM") e Prio Forte S.A. ("Forte"):** A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Tubarão Martelo adquirido da Dommo Energia S.A. - 80% em 2020 e 20% em 2023. O Campo de Tubarão Martelo está situado no sul da Bacia de Campos, a cerca de 86 quilômetros (*) da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 32 km² (*). **FPSO Bravo e conexão entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo:** O FPSO Bravo (Floating, Production, Storage and Offloading - FPSO), adquirido em 2020, opera nos Campos de Tubarão Martelo e Polvo, através da interligação ("tieback") com a Plataforma Fixa Polvo A, concluída em 14 de julho de 2021. **Campo de Frade:** A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Frade adquirido em 2019 (70%) e em 2021 (30%). O Campo de Frade está localizado na parte norte da Bacia de Campos, a cerca de 120 quilômetros (*) da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 154 km² (*). **Campo de Albacora Leste:** A Companhia é operadora e detentora de 90% do contrato de concessão do Campo de Albacora Leste adquirido da Petróleo Brasileiro S.A. em 2023, tendo como parceiro detentor dos 10% restantes a Repsol Sinopec Brasil. Albacora Leste fica localizado em lâmina d'água de 1.340 metros (*), no norte da Bacia de Campos. A licença cobre uma área de aproximadamente 511 km² (*). **Campo de Wahoo e Campo de Itaipu:** Em 19 de novembro de 2020 foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35,7% no Bloco BM-C-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"), e de 60% no Bloco BM-C-32 ("Campo de Itaipu" ou "Itaipu"). Em 17 de junho de 2021 a ANP - Agência Nacional de Petróleo aprovou a transferência dos ativos, e em 1 de julho de 2021, ocorreu a assinatura do certificado de conclusão da operação de aquisição, com a Prio se tornando a operadora de ambos os campos de pré-sal e incrementando em aproximadamente 132 milhões de barris em reservas provadas (*). Adicionalmente, em 04 de março de 2021, a Companhia assinou contrato com a Total E&P do Brasil Ltda., para a aquisição da participação de 28,6% adicionais em Wahoo, cuja aprovação pela ANP se deu em 08 de julho de 2021. Posteriormente, em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou também com a Total E&P do Brasil Ltda., a aquisição dos 40% restantes do Campo de Itaipu, aprovados pela ANP em 23 de março de 2023. A participação da Prio na concessão é de 64,3%, sendo a participação restante de 35,7% da IBV Brasil Petróleo Ltda. ("IBV"). No dia 11 de abril de 2024, a Câmara de Comércio Internacional ("ICC") profereu a decisão final ("Decisão Arbitral") no processo arbitral relacionado à concessão BM-C-30 ("Wahoo") impetrado pela IBV contra a Companhia em função da declaração de operação exclusiva de Wahoo por parte da Prio. A ICC decidiu em favor da Prio, não reconhecendo violações contratuais da Companhia ou suas subsidiárias. Assim, a Companhia vai continuar a executar o projeto de Wahoo individualmente, e consequentemente 100% da produção dos poços incluídos nessa campanha serão da Prio. A Decisão Arbitral rejeitou a totalidade dos pedidos feitos pelos autores, determinando que os autores reembolsam a Companhia de todos os custos relacionados à arbitragem e honorários. No dia 24 de abril de 2024, a Companhia recebeu o montante de R\$ 40.567 (US\$ 7.859 mil) a título de reembolso dos custos de arbitragem da IBV. Com o desenvolvimento de Wahoo, previsto para concluir no primeiro semestre de 2026, a Companhia formará mais um cluster de produção, e compartilhará toda a infraestrutura com o Campo de Frade (inclusive o FPSO). No dia 28 de fevereiro de 2025, foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("Ibama") a Licença de Perfuração para o Campo de Wahoo e em 15 de setembro de 2025 a Licença de Instalação do sistema de desenvolvimento da produção do campo de Wahoo e interligação dos poços ao FPSO de Frade. **Campo de Peregrino e Pitangola:** No dia 27 de setembro de 2024, a Prio Luxembourg Holding Sarl ("Lux Holding"), controlada indiretamente da Prio S.A., assinou Contrato de Compra e Venda com a SPEP Energy Hong Kong Limited e a Sinochem International Oil (Hong Kong) Company Limited ("Sinochem") para a aquisição da empresa Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. (anteriormente denominada Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A.), que detém indiretamente, através da controlada Prio Tigris Ltda. (anteriormente denominada Sinochem Petróleo Brasil Ltda.), participação de 40% nos Campos de Peregrino e Pitangola ("Peregrino"). No dia 1 de maio de 2025, a Companhia assinou contrato com a Equinor Brasil Energia Ltda. ("Equinor") para a aquisição de participação total de 60% e operação dos Campos de Peregrino e Pitangola. Assim, o campo de Peregrino passará a ser detido e operado integralmente pela Prio. A transação tem o valor base de US\$ 3.350 milhões (equivalentes a R\$ 19.236.370), sendo US\$ 2.233 milhões referentes à 40% e o restante, US\$ 1.117 milhões, referentes à 20%. Os pagamentos devidos na conclusão das aquisições estarão sujeitos aos ajustes até o fechamento da transação (contados a partir de 1º de janeiro de 2024), como o resultado do ativo e juros, conforme transações similares. Em agosto de 2025, a ANP decidiu pela interdição do FPSO Peregrino, operado pela Equinor, apontando melhorias na documentação de gestão e análise de risco, além de adequações no sistema de dilúvio. A produção foi retomada em 17 de outubro de 2025. Em 11 de novembro de 2025 foi concluída a aquisição de 40% do Campo e a transferência da operação com um pagamento adicional de US\$ 1.539 milhões (equivalentes a R\$ 8.116.903) após ajuste de preço. Os 20% adicionais devem ser concluídos até o final de 2026 e estão sujeitos às condições precedentes para este tipo de operação, como aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). Peregrino está localizada a 85 quilômetros (*) da costa, na Bacia de Campos, nos blocos BM-C-7 e BM-C-47 e a 28 quilômetros do Cluster Polvo e Tubarão Martelo. A licença cobre uma área de aproximadamente 534 km² (*). (*) Informação não auditada pelo auditor independente. **2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras:** 2.1 **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A sua apresentação é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. 2.2 **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. 2.3 **Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas ati-

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)				
Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	2.251.479	10.301.606	2.251.479	10.301.606
Resultados do exercício				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:				
	-	-	800.628	(1.563.527)
	-	-	(-) Impostos diferidos sobre a marcação a mercado dos swaps	531.599
	-	-	Marcação a mercado dos swaps das debêntures e empréstimos	232.089
	-	-	Ajuste de conversão sobre a moeda de apresentação	(3.155.445)
	-	-	Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(2.122.728)
	-	-	Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	128.751
	-	-	13.363.238	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)**

Nota	Reserva de capital		Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Consolidado
	Capital social	Reserva de capital					
	5.352.792	373.968	(545.845)	8.801.741	(184.660)	80.284	13.878.280
	5.258.595	-	-	(5.200.000)	-	-	58.595
	-	70.870	-	-	-	-	70.870
	-	-	-	-	4.093.560	-	4.093.560
	-	-	-	-	-	(1.563.527)	(1.563.527)
	-	-	(111.458)	-	-	-	(111.458)
	-	-	(833.619)	-	-	-	(833.619)
	-	-	-	-	-	-	-
	29.885	-	-	-	-	-	29.885
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	515.080	-	-	-	515.080
	-	-	98	-	-	-	98
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	9.786.428	-	-	-	9.786.428
	10.611.387	474.723	(1.490.922)	13.903.347	3.908.900	(1.483.243)	25.924.192
	4.896.995	-	-	(4.800.000)	-	-	98.995
	-	70.762	-	-	-	-	70.762
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	(3.155.445)	-	-	(3.155.445)
	-	-	-	-	1.032.717	-	1.032.717
	-	-	-	-	-	-	-
	-	(28.130)	28.130	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	(442.819)	-	-	-	(442.819)
	-	-	-	-	-	2.251.479	2.251.479
	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	112.574	-	-	-	112.574
	-	-	21	-	-	-	21
	-	-	-	-	-	(2.138.884)	(2.138.884)
	15.510.382	517.355	(1.905.611)	13.354.826	753.455	(450.526)	25.779.881

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do valor adicionado (Informação suplementar para fins de IFRS)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	-	-	15.583.960	14.360.653
	-	-	15.583.960	14.360.653
	(9.129)	(7.398)	(132.619)	(137.231)
	-	-	(11.014)	(46.868)
	-	-	(5.283.699)	(3.465.182)
	(9.129)	(7.398)	10.156.628	10.711.372
	(24)	(112)	(5.802.757)	(2.494.296)
	(9.153)	(7.510)	4.353.871	8.217.076
	55.861	233.396	7.553.345	7.776.853
	2.377.731	10.300.713	-	-
	(7.023)	18.972	2.903.610	4.508.008
	1.834	2	203.816	273.857
	2.419.250	10.545.573	15.014.642	20.775.794
	8.213	49.		



CNPJ nº 10.629.105/0001-68

zados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal. **2.10.4 - Gastos com abandono:** Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo são registrados como ativo em contrapartida de uma provisão no passivo. **2.10.5 - Depreciação:** Os gastos capitalizados oriundos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo, bem como os FPSOs e equipamentos submarinos, são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas. Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na nota de imobilizado, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais. **2.11 Gastos associados ao Join Operating Agreement (JOA):** 2.11.1 - Operador - A Companhia, como operadora, é responsável por contratar e pagar todos os fornecedores desta concessão. Mensalmente os desembolsos projetados para o mês subsequente são estimados e cobrados dos parceiros através da figura de *cash calls*, e a comprovação de gastos é realizada através dos *billing statements*. Portanto, as faturas recebidas pela Companhia contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos, mas a apresentação nos demonstrativos de resultado/custo da empresa reflete apenas a sua participação. 2.11.2 - Não operador - Na posição de não operadora, a Companhia, paga os *cash calls* conforme estimativa e recebe os *billings statements* com a comprovação de gastos. **2.12 Operações de Arrendamento Mercantil:** A Companhia avalia todos os contratos de arrendamento, que podem ser enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16, e desconsidera arrendamentos de curto prazo com 12 meses ou menos de prazo, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a tais contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, limitado à data do término da contrato. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia existentes nas datas de novos contratos ou em caso de alteração de prazo de contratos existentes. **2.13 Avaliação do valor recuperável dos ativos:** De acordo com o CPC 01, a Administração revisa trimestralmente o valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível, ativo por direito de uso e outros ativos circulares e não circulares com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Para ativos com vida útil definida, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há registros de perda por redução ao valor recuperável do ativo não financeiro em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Não há registros de redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios de 2025 e 2024. O Grupo determina o Campo, ou o cluster formado por mais de um campo, como menor unidade geradora de caixa. **2.14 Tributos sobre o lucro:** **2.14.1 - Imposto de renda e contribuição social correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Impostos de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferido:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. **2.14.3 - ICPZ 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro:** A ICPZ 22 esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explicações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas. A Companhia avaliou os efeitos e não há impactos relevantes para as suas demonstrações financeiras. **2.15 Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.15.1 - Ativos financeiros:** Os ativos financeiros do Grupo são classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** instrumentos os quais se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **2.15.2 - Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.16 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação dos preços do petróleo (Nota Explicativa 29), para proteção a exposição cambial e de taxa no contrato de debêntures não conversíveis (Nota Explicativa 14) e um empréstimo contratado em reais (Nota Explicativa 15). Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício, exceto quando são designados como hedge de fluxo de caixa, onde a contabilização de ganhos e perdas é feita no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando são transferidas para o resultado. **2.17 Custos de empréstimos e debêntures:** Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **2.18 Transações envolvendo pagamentos em ações:** Os planos de remuneração baseados em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota Explicativa 20.2. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa com benefícios a empregados no resultado do exercício, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido ("plano de opção de ações"), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de opções que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representará a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições e desempenho de mercado são refletidos no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

A Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos periodicamente. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida de ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de Capital". **2.19 Receita de contrato com cliente:** Como empresa atuante no segmento de óleo e gás, a principal fonte de receita de vendas é proveniente das operações com vendas de petróleo para refinarias. O valor dessas operações é determinado com base nas cotações internacionais de petróleo. Isso inclui os preços do petróleo, considerando as particularidades da qualidade do petróleo transferido. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência do controle e dos seus benefícios e riscos inerentes a terceiros, sendo reconhecidas apenas se todas as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes tiverem sido cumpridas e puderem ser mensuradas com confiabilidade. **2.20 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: • Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos e determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. • Existência de indicativos para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Quando há indicativos para perda no valor recuperável de ativos não financeiros, uma avaliação sobre a perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é avaliada através do maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, quando aplicável. O valor recuperável utiliza premissas como taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa, recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Transações com pagamentos baseados em ações: O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais mensurado na data da sua outorga através do modelo de precificação *Black-Scholes*, que considera entre suas premissas o valor da ação na data da outorga, prazos, volatilidade e o preço de compra definido pelos programas de opções. • Tributos diferidos (probabilidade de lucro tributário futuro): Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. • Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. • Provisão para abandono de instalações: Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para o abandono das instalações e renovação de ativos do local para remediar os danos ambientais causados e ao momento esperado desses custos. Ao estimar o custo esperado, o Grupo leva em consideração, dentre outros fatores, as mudanças na legislação ambiental e regulamentações que podem afetar o processo de desmontagem e remoção da planta. • Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: O Grupo reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre premissas e estimativas na data da emissão do relatório que poderão resultar em um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa 8 - Imobilizado, principalmente as informações que se referem a depreciação e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota Explicativa 9 - Intangível, principalmente as informações que se referem a amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota Explicativa 15 - Operações de Arrendamento. • Nota Explicativa 16 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. • Nota Explicativa 17 - Provisão para abandono de instalações. • Nota Explicativa 19 - *Impairment*. • Nota Explicativa 20 - Patrimônio Líquido / Remuneração com base em plano de opções de compra de ações. • Nota Explicativa 29 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro. • Nota Explicativa 30 - Contingências. **2.21 Normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação desta demonstração financeira. - IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão IFRS 18, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). Não se espera que essa alteração tenha impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.22 CPC 23 - Políticas contábeis materiais, mudanças de estimativas e retificação de erro: 2.22.1 - Mudança de estimativa contábil:** Anualmente a Companhia revisa as projeções de reservas de óleo e gás nos Campos em produção através da certificadoradora internacional independente DeGolyer and MacNaughton ("D&M"). A reavaliação com base em 31 de dezembro de 2025 apontou alterações nas reservas e consequentemente, alteração na base para a depreciação a partir de janeiro de 2026 sem alterações significativas nos Campos de Polvo, Tubarão Martelo, Frade e Albacora Leste. No Campo de Peregrino houve mudança na vida útil econômica das reservas provadas e desenvolvidas, passando de 2031 para 2034. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa			94	102
Bancos	5.466	10.351	3.398.197	3.993.257
Total em reais	5.466	10.351	3.998.291	3.993.359
Total em outras moedas	4.735	6.458	711.573	1.407.304
	731	3.893	2.686.718	2.586.055

O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se de recursos para fins de capital de giro, aplicados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo em instrumentos de alta liquidez no Brasil (comprmissadas, CDB e Fundo de investimento) e no exterior (disponibilidades em conta corrente remuneradas), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate. A Companhia mantém seus recursos nas seguintes instituições bancárias:

Instrumento	Exposição da Moeda	Emissor	Valor em		Valor em	
			Reais	% Caixa	Reais	% Caixa
Time Deposit/Conta Remunerada	USD	Citi, BTG, Itaú, Santander, Safra	2.146.568	63,17%	2.583.460	64,70%
Fundo Cambial	USD	BTG	439.067	12,92%	850.371	21,30%
Conta Corrente	USD	Standard Bank, Millennium BCP	579	0,02%	657	0,01%
Time Deposit/Conta Remunerada	EUR	Citi	2.500	0,07%	1.826	0,05%
CDI/Compromissadas	BRL	Bradesco, Citi, Itaú, Santander	808.575	23,79%	535.981	13,42%
Conta Corrente	BRL	BB, BTG, CEF, Rendimento	908	0,03%	20.962	0,52%
			3.398.197	100%	3.993.257	100%

4. Contas a Receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
BP (i)	542.451	-
Mercuria (ii)	288.670	-
Repsol (iii)	229.569	116.054
Cathay (iv)	205.635	-
Petrochina (v)	160.995	-
CMM Cyprus (vi)	75.729	22.939
Navig8 (vii)	45.759	55.731
Unipeç (viii)	80.369	132.563
Equinor (iv)	30.488	-
Phillips 66 (iv)	6.884	47.234
Exxon Mobil	-	5.827
Shell	-	1.111
Vitol	-	267.275
Sinochem London	-	249.407
Petrobras	-	13.948
Valero	-	5.771
Total	-	9.466
Trafigura	-	278
Outros	23.551	5.166
Total	1.690.100	931.770
Total em reais	31.958	263.595
Total em outras moedas	1.658.142	668.175

(i) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Frade, Peregrino, Polvo e Tubarão Martelo, realizadas principalmente em dezembro de 2025. (ii) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Peregrino, Polvo e Tubarão Martelo, realizadas principalmente em dezembro de 2025. (iii) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Frade e Peregrino, realizadas principalmente em dezembro de 2025. (iv) Saldo a receber referente às vendas de óleo do Campo de Peregrino, realizadas principalmente em dezembro de 2025. (v) Saldo a receber referente às vendas de óleo do Campo de Albacora Leste, realizadas principalmente em dezembro de 2025. (vi) Saldo a receber referente ao aluguel da embarcação Brasil Knutsen. (vii) Saldo a receber referente ao aluguel da embarcação Genesis. (viii) Saldo a receber referente às vendas de óleo dos Campos de Frade e Albacora Leste, realizadas principalmente em dezembro de 2025.

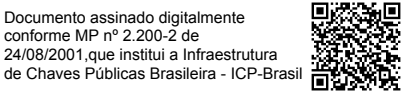
Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito significativo. Dessa forma a Administração entendeu que a constituição de provisão para devedores duvidosos seria imaterial. **5. Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (i)	2.304	2.107	326.219	725.692
IR retido na fonte (ii)	94	-	225.527	219.834
PIS e COFINS (iii)	-	-	373.081	303.376
ICMS (iv)	-	-	113.921	118.749
Imposto no exterior	-	-	16.009	19.775
Outros	-	-	7.202	1.298
Total	2.398	2.107	1.061.959	1.388.724
Ativo Circulante	2.398	2.107	948.010	1.203.464
Ativo Não Circulante	-	-	113.949	185.260

(i) Refere-se a IRPJ/CSLL pelas antecipações a maior do que o imposto devido no ano anterior, e antecipações de IRPJ/CSLL referente ao ano corrente. (ii) Refere-se basicamente a imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. (iii) Créditos de PIS/COFINS sobre insumos utilizados na operação, principalmente da Tigris e da Forte, com expectativa de compensação com os impostos federais a pagar no exercício de 2026. (iv) ICMS a recuperar referente à compra de materiais utilizados como insumos na produção e sobre empréstimo de óleo entre os parceiros. A expectativa é de que esses créditos sejam utilizados para compensar impostos incidentes sobre a venda de óleo e gás, bem como sobre a importação de materiais. **6. Adiantamento a fornecedores**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores no país	236.789	347.234
Adiantamento a fornecedores no exterior	159.799	237.984
	396.588	585.218
Total no ativo circulante	396.090	584.337
Total no ativo não circulante	498	881

7. Investimentos: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes participações diretas em controladas: • Prio Comercializadora Ltda. - anteriormente denominada Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.. A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades. Desde março de 2011, a PrioOG já atuava como Operadora B, em águas rasas e áreas terrestres, e a partir de outubro de 2015, a PrioOG foi qualificada como Operadora A pela ANP, o que permite a realização de atividades em áreas terrestres.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 13/03/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link



CNPJ nº 10.629.105/0001-68

águas rasas, profundas e ultra profundas. A partir de janeiro de 2025 a PrioOG começou a operar na comercialização do gás produzido nos campos da Prio. • Prio Internacional Ltda. ("PrioIntl"). A controlada, que tem como acionistas a Prio e a PrioOG, com sede no Rio de Janeiro, tem como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades. Todas as empresas do Grupo localizadas dentro e fora do Brasil, exceto pela PrioOG e PrioEnergia, estão consolidadas sob uma única estrutura societária, tendo como matriz a PrioIntl no Brasil. Atualmente, as principais Companhias controladas pela PrioIntl são a (i) Lux Holding, empresa que faz a comercialização do petróleo produzido pelas empresas, (ii) Prio Forte, detentora dos campos de Frade, Albacora Leste, Wahoo e Itaipu, após a incorporação da Petro Rio Jaguar realizada a valor de livros contábeis em janeiro de 2025 e (iii) Prio Bravo, detentora dos campos de Polvo e Tubarão Martelo. A Lux Holding é proprietária da plataforma fixa, "Polvo A". Ainda sob esta estrutura societária, estão as subsidiárias localizadas na República da Namíbia, que se encontram em liquidação. Adicionalmente a PrioIntl detém 100% de participação na controlada Prio Tigris SS.A. que por sua vez possui participação de 80% nos Campos de Peregrino e Pitangola, sendo os 20% restantes de participação da Equinor conforme detalhado na nota explicativa de contexto operacional). **Portfólio de concessões:** Em 31 de dezembro de 2025 as controladas da Companhia participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras:

País	Bacia	Bloco	Campo	Concessionário	% JOA (**)	Status	Fase	PEM (*)
Brasil	Campos	BM-C-8	Polvo	Bravo	100%	Não Operador	Produção	-
Brasil	Campos	Frade	Frade	Bravo e Forte	100%	Não Operador	Produção	-
Brasil	Campos	C-M-466	Tubarão Martelo	Bravo e Forte	100%	Não Operador	Produção	-
Brasil	Campos	Albacora Leste	Albacora Leste	Forte	90%	Sim Operador	Produção	-
Brasil	Campos	BMC-7	Peregrino	Tigris	80%	Sim Operador	Produção	-
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	80%	Sim Operador	Produção	-
Brasil	Campos	BM-C-30	Wahoo	Forte	64%	Sim Operador	vimento	-
Brasil	Campos	BM-C-32	Itaipu	Forte	100%	Não Operador	Exploração	-
Brasil	Foz do Amazonas	FZA-M-254	-	Forte	100%	Não Operador	Exploração	R\$ 587
Brasil	Foz do Amazonas	FZA-M-539	Pirapema	Forte	100%	Não Operador	Exploração	R\$ 10.564

(*) Programa exploratório mínimo remanescente. (**) Joint Operating Agreement – Acordos de operações conjuntas.

a) Informações relevantes sobre as investidas em 31 de dezembro de 2025

	PrioOG	PrioIntl
Participação Direta	100,00%	0,57%
Participação Indireta	-	99,43%
Patrimônio líquido	26.139.413	26.050.418
Resultado do exercício	2.363.273	2.519.887
Total dos ativos	26.354.711	26.050.421

b) Composição do investimento

	31/12/2025	31/12/2024
PrioOG	26.139.413	26.392.661
PrioIntl	149.469	148.833
Total	26.288.882	26.541.494

c) Movimentação do investimento

	PrioOG	PrioIntl	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.318.611	84.790	14.403.401
Resultado de equivalência patrimonial	10.241.750	58.963	10.300.713
Ajustes de conversão	4.215.788	18.738	4.234.526
Ações em tesouraria- reflexo	(828.869)	(4.750)	(833.619)
Ajustes de avaliação patrimonial (a)	(1.554.619)	(8.908)	(1.563.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.392.661	148.833	26.541.494
Resultado de equivalência patrimonial	2.363.273	14.458	2.377.731
Ajustes de conversão	(3.203.035)	(17.206)	(3.220.241)
Ações em tesouraria- reflexo	(440.278)	(2.541)	(442.819)
Ajustes de avaliação patrimonial (a)	1.026.792	5.925	1.032.717
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26.139.413	149.469	26.288.882

(a) Referente aos swaps das debêntures da Prio Forte e dos empréstimos da Prio Tigris, reconhecidos no patrimônio líquido das controladas.

8. Imobilizado (Consolidado): a) Composição do saldo

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Em operação						
Plataforma e Sonda - Polvo A	UOP (i)	111.236	(100.530)	13.148	23.854	16.700
Plataforma Peregrino	UOP (i)	6.889.483	(1.182.996)	(257.530)	5.448.957	4.179.633
FPSo Valente - Frade	UOP (i)	2.016.456	(1.011.863)	10.498	1.015.091	1.124.728
FPSo Bravo - Tubarão Martelo	UOP (i)	972.447	(494.984)	26.041	503.504	619.663
FPSo Forte - Albacora Leste	UOP (i)	1.833.925	(642.726)	110.123	1.301.322	1.715.458
Sonda Hunter Queen	UOP (i)	825.923	(93.117)	61.479	794.285	954.624
Ativos de Óleo e Gás - Frade	UOP (i)	2.953.170	(1.103.380)	144.071	1.993.861	2.412.888
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	UOP (i)	1.167.710	(653.768)	(10.656)	503.286	826.986
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	UOP (i)	9.729.254	(1.269.060)	(248.672)	8.211.522	3.236.104
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	UOP (i)	338.782	(5.032)	(1.016)	332.734	-
Revitalização de Poços (workover)	33,33	565.405	(490.670)	11.244	85.979	251.956
Embarcação Gênesis I (ii)	5	230.908	(14.750)	22.097	238.255	245.808
Máquinas e equipamentos	10	8.009	(8.009)	-	-	-
Móveis e utensílios	10	2.361	(1.846)	(8)	507	751
Equipamentos de comunicação	10	3.367	(1.021)	14	2.360	2.230
Equipamentos de informática	20	36.551	(14.142)	1.731	24.140	12.371
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4	49.236	(3.327)	2.332	48.241	46.201
Em andamento						
Imobilizado em andamento (iii)		96.796	-	1.028	97.824	34.519
Revitalização de Poços (workover) (iv)		356.401	-	54	356.455	138.779
Revitalização da Plataforma - Polvo A		73.108	-	1.103	74.211	-
Gastos com Desenvolvimento (v)		6.481.048	-	84.988	6.566.036	4.440.618
Sobresalentes		378.355	-	(13.136)	365.219	15.345
Material poços (vi)		2.570.780	-	(26.019)	2.544.761	2.600.898
Total		37.690.711	(7.091.221)	(67.086)	30.532.404	22.876.260

Custo e depreciação estão apresentados convertidos por suas respectivas taxas históricas. (i) UOP - *Units of Production* (Método de depreciação por unidade produzida). (ii) Imobilizado adquirida para lançamento de linhas de Wahoo e posterior apoio na operação dos campos. Entrou em operação, mas ainda possui gastos com a revitalização da embarcação. (iii) Imobilizado em andamento refere-se basicamente a gastos com a instalações administrativas. (iv) Revitalização de Poços de Albacora Leste e do cluster Polvo e Tubarão Martelo (*workover*) para a retomada e/ou melhoria de poços. (v) Gastos com o desenvolvimento principalmente do Campo de Wahoo. (vi) Materiais adquiridos para perfuração e revitalização de poços. b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Depre- ciação	Transfe- rências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2025
Em operação						
Plataforma e Sonda - Polvo A	16.700	-	(4.663)	9.496	2.321	23.854
Plataforma Peregrino	4.179.633	2.703.170 (*)	(1.076.933)	-	(356.913)	5.448.957
FPSo Valente - Frade	1.124.728	-	(118.003)	133.683	(125.317)	1.015.091
FPSo Bravo - Tubarão Martelo	619.663	-	(90.432)	44.169	(69.896)	503.504
FPSo Forte - Albacora Leste	1.715.458	-	(238.204)	12.981	(188.913)	1.301.322
Sonda Hunter Queen	954.624	1.872	(57.324)	-	(104.887)	794.285
Ativos de Óleo e Gás - Frade	2.412.888	125.164 (**)	(249.891)	(31.334)	(262.966)	1.993.861
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	826.986	60.082 (**)	(92.018)	(208.389)	(83.375)	503.286
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	3.236.104	5.641.864 (**)(**)	(1.185.119)	728.896	(210.223)	8.211.522
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	-	307.448 (**)	(4.328)	31.334	(1.720)	332.734
Revitalização de Poços (workover)	251.956	-	(139.953)	-	(26.024)	85.979
Embarcação Gênesis I	245.808	29.913	(10.226)	-	(27.240)	238.255
Móveis e utensílios	751	-	(227)	-	(17)	507
Equipamentos de comunicação	2.230	590	(267)	-	(193)	2.360
Equipamentos de informática	12.371	15.770	(4.083)	-	82	24.140
Beneficiárias em imóveis de terceiros	46.201	-	(1.736)	8.799	(5.023)	48.241
Em andamento						
Imobilizado em andamento	34.519	75.622	-	((8.799)	(3.518)	97.824
Revitalização de Poços (workover)	138.779	233.137	-	-	(15.461)	356.455
Revitalização da Plataforma - Polvo A	-	73.108	-	-	1.103	74.211
Gastos com Desenvolvimento	4.440.618	3.338.569	-	(631.218)	(581.933)	6.566.036
Sobresalentes	15.345	378.355	-	(9.496)	(18.985)	365.219
Material para poços	2.600.898	1.205.260	-	(954.688)	(306.709)	2.544.761
Total	22.876.260	14.189.924	(3.273.407)	(874.566)	(2.385.807)	30.532.404

(*) Esta adição refere-se à aquisição adicional de 40% do Campo de Peregrino, conforme nota explicativa 9.d. (**)(*)A adição é referente ao aumento da provisão para abandono dos Campos, conforme nota explicativa 17.

O saldo de transferências no valor de R\$ 874.566 corresponde a materiais do imobilizado que foram utilizados na operação. Esses itens foram utilizados em reparos de emergência e contabilizados como custos dos produtos vendidos. Os gastos com desenvolvimento adicionados no período são referentes às atividades no Campo de Peregrino, no valor de R\$ 784.531, Campo de Wahoo, no valor de R\$ 1.226.851, Campo de Frade, R\$ 488.594, Campo de Albacora Leste, R\$ 611.147 e no Cluster Polvo e TBMT, R\$ 227.446.

	Saldo em 01/01/2024	Aqui- sição	Adições	Baixas	Depre- ciação	Transfe- rências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Em operação								
Plataforma e Sonda - Polvo A	15.306	-	-	-	(2.518)	-	3.912	16.700
Plataforma Peregrino	-	4.133.536	-	-	(53.285)	-	99.382	4.179.633
FPSo Valente - Frade	911.143	-	-	-	(156.660)	112.875	257.370	1.124.728
FPSo Bravo - Tubarão Martelo	431.645	-	-	-	(70.822)	126.231	132.609	619.663
FPSo Forte - Albacora Leste	1.506.510	-	-	-	(213.784)	44.720	378.012	1.301.322
Sonda Hunter Queen	544.015	245.711	-	-	(33.851)	-	198.749	954.624
Ativos de Óleo e Gás - Frade	1.540.371	-	-	-	(316.028)	658.752	529.793	2.412.888
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	409.162	-	405	-	(74.978)	347.496	144.901	826.986
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	-	3.114.157	87.132	-	(38.555)	-	73.370	3.236.104
Revitalização de Poços (workover)	266.652	-	-	-	(131.619)	61.434	55.489	251.956
Embarcação Gênesis I	-	-	200.995	-	(4.524)	-	49.337	245.808
Móveis e utensílios	731	-	-	-	(165)	-	185	751
Equipamentos de comunicação	446	-	1.612	-	(123)	-	295	2.230
Equipamentos de informática	4.783	-	7.668	-	(2.106)	-	2.026	12.371
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5.082	-	-	-	(475)	33.440	8.154	46.201
Em andamento								
Imobilizado em andamento	23.747	-	36.696	-	(32.943)	7.019	34.519	97.824
Revitalização de Poços (workover)	343	-	184.354	-	(61.434)	15.516	138.779	356.455
Gastos com Desenvolvimento	2.769.706	-	1.894.411	-	(954.412)	730.913	4.440.618	6.566.036
Sobresalentes	11.997	-	-	-	-	3.348	15.345	365.219
Material para poços	983.479	798.256	1.379.960	(10.152)	-	(859.929)	309.284	2.600.898
Total	9.425.118	8.045.949	4.038.944	(10.152)	(1.099.493)	(523.770)	2.999.664	22.876.260

O saldo de transferências no valor de R\$ 523.770 corresponde a materiais do imobilizado que foram utilizados na operação. Esses itens foram utilizados em reparos de emergência e contabilizados como custos dos produtos vendidos. Os gastos com desenvolvimento adicionados no exercício são referentes às atividades no Campo de Wahoo, no valor de R\$ 956.359, Campo de Frade, R\$ 179.188, Campo de Albacora Leste, R\$ 479.332 e no Cluster Polvo e TBMT, R\$ 279.532. A aquisição demonstrada no quadro refere-se à aquisição de 40% do Campo de Peregrino, com todos os ativos associados, conforme notas explicativas 1 e 9.c.

9. Intangível (Consolidado): a) Composição do saldo

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização	Ajuste de conversão	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de Óleo e Gás - Frade	(i)	787.956	(539.821)	36.023	284.158	361.510
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	(i)	9.968.943	(3.401.697)	466.552	7.033.798	9.374.246
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	(i)	828.660	(549.803)	5.361	284.218	378.275
Ativos de Óleo e Gás - Wahoo	(i)	845.781	-	(11.832)	833.949	938.510
Ativos de Óleo e Gás - Itaipu	(i)	395	-	36	431	485
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	(i)	5.896.499	(952.312)	(401.301)	4.542.886	3.722.532
Bônus de assinatura - FZA-M-254	(i)	6.075	-	(85)	5.990	6.075
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	(i)	8.165	-	(114)	8.051	8.165
Softwares e outros	(ii)	278	-	(5)	273	274
Ágio na aquisição do controle da Forte	(ii)	1.461.626	-	59.981	1.521.607	1.712.388
Adiantamento para aquisição Peregrino	(ii)	538.342	-	(15.064)	523.278	-
Total		20.342.720	(5.443.638)	139.558	15.038.640	16.502.462

(i) Os custos de aquisição/bônus de assinatura



CNPJ nº 10.629.105/0001-68

Juros e vencimento final em 36 meses. Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 424.958), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,42% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 272.440), com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,47% a.a. com pagamentos trimestrais de juros. (iv) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Safra no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 282.810), com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 18º mês, taxa de TERM SOFR+2,40% a.a. com pagamentos semestrais de juros. Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou dois Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ("ACC") junto ao Banco Safra no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 141.653), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de 6,40% a.a. com pagamentos anuais de juros a partir do 2º ano e vencimento final em 26 meses. (v) Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 849.315), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,11% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em junho de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento da totalidade do PPE junto ao Banco Santander. Em junho de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 200 milhões (R\$ 1.133.220), com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,20% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.880), com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos semestrais de juros. (vi) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco da China no valor de US\$ 35 milhões (R\$ 197.967), com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de 5,90% com pagamentos trimestrais de juros. Em junho de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco da China no valor de US\$ 15 milhões (R\$ 84.992), com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de TERM SOFR+2,60% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 48 meses. (vii) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 565.620), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+1,60% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 21 meses. Em junho de 2025, a Companhia celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE de maio de 2026 para janeiro de 2028, mantendo as demais condições contratuais inalteradas. Adicionalmente, em setembro de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.810), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,00% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 20 meses. Em maio de 2025, a Companhia celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE para janeiro de 2028. Na mesma ocasião, a Companhia realizou nova captação no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 283.305), formalizada como aditivo ao instrumento original, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais, com vencimento final também em janeiro de 2028. (viii) Em setembro de 2024, a Prio Bravo contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Bradesco no valor de US\$ 100 milhões (R\$ 544.810), com amortização total no vencimento, taxa de 6,00% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. (ix) Em dezembro de 2024, a Prio Forte contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 154.808), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,90% a.a. e vencimento final em 25 meses. Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 141.653), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,60% a.a. e vencimento final em 24 meses. Em dezembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o J.P Morgan no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 269.775), com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,55% a.a. e vencimento final em 24 meses. (x) Em abril de 2025, a Prio Forte contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") com o Banco Morgan Stanley no valor de US\$ 50 milhões (R\$ 283.305), com amortização total no vencimento, taxa de SÖFRRATE+1,90% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. (xi) Em junho de 2025, a Prio Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") com o Banco ABC no valor de US\$ 30 milhões (R\$ 169.983), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,55% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses. (xii) Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") com o Sumitomo Mitsui Bank no valor de US\$ 150 milhões (R\$ 817.320), com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,50% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. (xiii) Em setembro de 2025, a Prio Tigris contratou uma Nota de Crédito à Exportação ("NCE") junto ao Banco XP S/A no valor de R\$ 530.100 (equivalente a US\$ 100 milhões na data de contratação), com amortização total no vencimento, taxa de CDI+0,85% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Na mesma data, a Companhia contratou swaps (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a NCE em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo dolarizado de 6,23% ao ano. A Companhia designou esse empréstimo como item protegido e os contratos de swap com instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e taxas idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal. O hedge de fluxo de caixa deve contabilizar o ajuste ao valor justo (ou marcação a mercado) dos instrumentos de proteção no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Este montante representa o quanto seria pago e transferido para o resultado em caso de antecipação da liquidação dos contratos de swap. Até dezembro de 2025, o valor registrado no Patrimônio Líquido soma R\$ 11.027 (US\$ 2.003 mil), em contrapartida ao passivo de marcação a mercado. O valor registrado no Patrimônio Líquido está apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 3.749. (xiv) A Companhia emitiu em 09 de junho de 2021 uma dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões (R\$ 3.348.300) ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, 09 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, tendo sido a sua primeira amortização realizada em dezembro de 2021. Adicionalmente, este contrato possui obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas e possui duas garantias registradas em relação ao FPSO Bravo e FPSO Frade. Adicionalmente, em 15 de outubro de 2025, a Companhia emitiu uma dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 700 milhões (R\$ 3.733.660) ao custo de 6,75% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 2º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, 15 de outubro de 2030, enquanto a amortização dos juros é semestral. Este contrato possui obrigações não financeiras que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas. Os recursos líquidos obtidos foram destinados à oferta pública dos bonds emitidos anteriormente pela Companhia com vencimento em 2026, lançada em 1º de outubro de 2025. A oferta expirou em 7 de outubro de 2025 e resultou na compra de aproximadamente 71,88% do valor total em circulação destes bonds, totalizando US\$ 431,3 milhões (R\$ 2.327.079). O pagamento aos detentores que aderiram à oferta foi realizado em 14 de outubro de 2025. Os contratos firmados com os bancos Citibank (i), BTG (ii), Itaú (iii), Safra (iv), Santander (v), Banco da China (vi), HSBC (vii), JP Morgan (ix), ABC (xi), Morgan Stanley (x), Sumitomo Mitsui (xii) e a dívida emitida no mercado de capitais internacional (xiv) possuem cláusulas de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBTIDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x e eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2025, e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo as cláusulas dos contratos. **14. Debêntures locais (inclui swaps de conversão):** Em 24 de agosto de 2022 ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$ 2.000.000 na data de sua emissão, a qual foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de agosto de 2032; e 500.000 (quinhentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de agosto de 2027. As Debêntures da Primeira Série terão juros de IPCA+ 7,41% ao ano, e as Debêntures da Segunda Série são corrigidos por juros de 100% da Taxa DI, acrescido de spread de 2,05% ao ano. As duas séries têm vencimento semestral para os juros, sendo as datas para pagamento em 15 de fevereiro e 15 de agosto. Na mesma data, a Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) destinados a cobrir os riscos de exposições cambiais das debêntures, emitidas no Brasil, em reais, e a volatilidade dos indexadores das debêntures, IPCA e CDI. Estes contratos de swap, que foram contratados com os prazos e taxas de juros idênticos às debêntures de Primeira e Segunda séries, trocam, de forma prática, os valores em reais e as taxas de juros de IPCA+7,41% a.a. e CDI+2,05% a.a., respectivamente, em uma dívida em dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a.. Em 29 de fevereiro de 2024 ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$2.000.000 na data de sua emissão, tendo sido 800.000 (oitocentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029; e 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de fevereiro de 2034. As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 11,1155% a.a. e as Debêntures da Segunda Série serão atualizadas pela variação do IPCA e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 6,4662% a.a.. Na mesma data, a Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% ao ano. Em 15 de abril de 2024 a Companhia liquidou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$ 1.300.000 na data de sua emissão, sendo 520.000 (quinhentas e vinte mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de abril de 2029 e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 11,0121% a.a.; e 780.000 (setecentas e oitenta mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de abril de 2034 e atualizadas pela variação do IPCA e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 6,5102% a.a.. Os instrumentos derivativos contratados para proteger essas debêntures seguem as mesmas características da segunda emissão resultando em um custo médio dolarizado de 6,14% ao ano. Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia liquidou a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória adicional da Forte, no valor total de R\$ 1.200.000 na data de sua emissão, sendo R\$ 800.000 (oitocentos mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 20 de fevereiro de 2030 e atualizadas pela variação do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,20% a.a. e R\$ 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 20 de fevereiro de 2032 e atualizadas pela variação do CDI acrescida de sobretaxa de 1,35% a.a. Na mesma data, a Forte contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,78% ao ano. Em 16 de julho de 2025, a Companhia liquidou a sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória adicional da Forte, no valor total de R\$ 3.000.000 na data de sua emissão, sendo R\$ 2.000.000 (dois milhões) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de julho de 2030 e atualizadas pela variação do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,45% a.a. e R\$ 1.000.000 (um milhão) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de julho de 2032 e atualizadas pela variação do CDI acrescida de sobretaxa de 1,60% a.a. Na mesma data, a Forte contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,59% ao ano. A Companhia designou as debêntures como itens protegidos, e os contratos de swap com instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48/ IFRS 9, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e taxas idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal. O hedge de fluxo de caixa deve contabilizar o ajuste ao valor justo (ou marcação a mercado) dos instrumentos de proteção no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Este montante representa o quanto seria pago e transferido para o resultado em caso de antecipação da liquidação dos contratos de swap. Até dezembro de 2025, o valor registrado no Patrimônio Líquido soma R\$ 671.595 (US\$ 122.055 mil), em contrapartida ao passivo de marcação a mercado sendo R\$ 811.648 referente à variação do valor de mercado no ano de 2025. O valor registrado no Patrimônio Líquido está apresentado líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 228.342. Adicionalmente, os gastos para a emissão das debêntures foram capitalizados, e serão alocados ao resultado de acordo com o prazo de vencimento das debêntures. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 187.466 (US\$ 29.230 mil). A seguir estão demonstradas as movimentações das debêntures e swaps atrelados, incluindo a marcação a mercado:

	Adições		Pagamentos		Variação Cambial	Ajuste de Conversão	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	Marcação a mercado
	31/12/2024	Principal	Juros	Juros						
Debêntures	5.680.732	4.200.000	969.178	(555.306)	(-319.629)	-	-	9.974.975	-	9.974.975
Contratos de Swap - Ativo	(5.680.732)	(4.200.000)	(969.178)	555.306	-	-	-	(9.974.975)	8.598	(9.966.377)
Contratos de Swap - Passivo	6.617.552	4.200.000	503.400	(301.069)	-	-	(889.220)	10.130.663	662.997	10.793.660
Gastos com captação *	(151.681)	(15.852)	-	23.655	-	-	(43.588)	(187.466)	-	(187.466)
Total	6.465.871	4.184.148	503.400	(301.069)	23.655	-	(932.808)	9.943.197	671.595	10.614.792
Circulante	133.066	-	-	-	-	-	220.444	-	-	220.444
Não Circulante	6.332.805	-	-	-	-	-	9.722.753	671.595	10.394.348	-

* Custos com bancos, advogados e consultores para a emissão das debêntures apropriado pela data de vigência dos instrumentos. Os juros pagos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. As debêntures possuem cláusula de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBTIDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2025 e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato. Adicionalmente, estes contratos possuem obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

15. Operações de Arrendamento (IFRS16/ CPC06 – R2): Os ativos de direito de uso representam os seguintes ativos subjacentes:

	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo
Embarcações de Apoio	218.986	(85.124)	8.275	142.137
Helicópteros	701.123	(347.976)	16.992	370.139
Edificações/Bases de Apoio	88.384	(35.580)	2.843	55.647
Equipamentos	72.406	(35.872)	5.943	42.477
Total	1.080.899	(504.552)	34.053	610.400

Para calcular o montante do custo foram considerados os prazos contratuais, bem como a taxa de desconto. Essa taxa é mantida até o fim dos contratos, exceto se houver alteração do prazo destes, quando é atualizado à taxa incremental na data de alteração. No primeiro trimestre de 2025, houve a substituição de dois contratos – um de helicóptero e outro de embarcação, com o encerramento antecipado dos contratos anteriores. O contrato de helicóptero atende o Cluster Tubarão Martelo e Polvo e é descontado à taxa de 5,44% para a parcela em dólar. Já o contrato de embarcação atenderá os campos de Albacora Leste, Frade e o Cluster Tubarão Martelo e Polvo, sendo descontado à taxa de 5,39%, 5,81% e 5,49%, respectivamente, para a parcela em dólar. Adicionalmente, no quarto trimestre de 2025, houve a inclusão de três contratos – um de helicóptero e dois de embarcação que atenderão ao Campo de Peregrino. O contrato de helicóptero é descontado à taxa de 6,37% para a parcela em dólar e 14,15% para a parcela em reais. Já o contrato de embarcação é descontado à taxa de 6,37% para a parcela em dólar e 14,17% para a parcela em reais. Com o aumento da vida útil mencionado na nota 2, os contratos foram calculados até março de 2034. Em decorrência da inclusão dos novos contratos mencionados anteriormente e dos contratos encerrados antecipadamente no exercício, o ativo reduziu em R\$ 1.197.408, o passivo reduziu em R\$ 1.376.153 e a diferença foi registrada no resultado, na linha de outras receitas e despesas operacionais. Os efeitos apresentados no exercício foram:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.421.249	(2.548.486)
Adições/(Reversões)	(1.197.408)	1.376.153
Atualização cambial	-	(21.232)
Atualização monetária	-	(50.005)
Pagamentos efetuados	-	319.415
Depreciação	(293.368)	-
Ajuste de conversão	(320.073)	279.301
Saldo em 31 de dezembro de 2025	610.400	(644.854)
Circulante	-	(299.266)
Não Circulante	610.400	(345.588)

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	Valor R\$	Valor R\$
2026	(407.958)	37.736
2027	(219.157)	20.272
2028	(153.389)	14.188
2029	(13.596)	1.258
Valores não descontados	(794.100)	73.454
Juros embutidos	149.246	-
Saldo passivo arrendamento	(644.854)	-

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:
A seguir apresentamos as bases de prejuízo e crédito fiscal, respectivamente:

	Prejuízo fiscal		Crédito fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empresas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Forte	19.202.214	18.725.519	6.528.753	6.366.676
Tigris	4.146.231	3.252.314	1.409.717	1.105.787
Bravo	121.171	264.063	41.198	89.781
Lux Holding	445.982	548.709	111.228	136.848
Subtotal reconhecido	23.915.598	22.790.605	8.090.896	7.699.092
Prio S.A.	390.136	321.285	132.646	109.237
Priolnt	10.991	10.993	3.737	3.738
PrioOG	492.167	410.245	167.337	139.483
PrioEnergia	19.919	19.919	6.772	6.772
PrioOGLnt	1.759.835	33.113	439.959	8.278
PrioAustria	1.318.618	336.874	329.655	84.219
Ned Holding	-	778.561	-	194.640
Lux Holding	864.220	2.491.689	215.536	621.427
Subtotal não reconhecido (*)	4.855.886	4.402.679	1.295.642	1.167.794
Total	28.771.484	27.193.284	9.386.538	8.866.886
Brasil	24.382.829	23.004.338	8.290.160	7.821.474
Luxemburgo	1.310.202	3.040.398	326.764	758.275
Áustria	3.078.453	369.987	769.614	92.947
Holanda	-	778.561	-	194.640

(*) Em 31 de dezembro de 2025 não há prejuízo e crédito fiscal reconhecido contabilmente, em função da ausência de expectativas de geração de lucros tributáveis pelas operações, em prazo médio de tempo. A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil e no Exterior, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício no Brasil, e sem limite de compensação em Luxemburgo. Conforme detalhe abaixo, a Administração reconheceu contabilmente, com base nas projeções de resultado das empresas, valores proporcionais aos lucros futuros, bem como montante relacionado ao deságio registrado nas aquisições do Campo de Polvo, e ao valor integral dos passivos diferidos registrados em Luxemburgo, referentes aos deságios registrados na aquisição do Campo de Frade. Os demais créditos serão reconhecidos à medida que os lucros tributários futuros forem sendo gerados. Do total de créditos fiscais disponíveis, os valores não operacionais não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2025. Além dos créditos fiscais listados no parágrafo anterior, em 31 de dezembro de 2024 foi registrado crédito fiscal no montante de R\$ 6.366.676, referente aos prejuízos fiscais da empresa Forte, uma vez que o planejamento tributário, desenhado e aprovado no exercício de 2023, para o aproveitamento destes créditos, que contemplava a incorporação da Jaguar pela Forte, teve todas as condições necessárias aprovadas durante o ano de 2024. O processo de incorporação teve a formalização final concluído em janeiro de 2025 com a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária. Dessa forma, a Administração espera utilizar o crédito fiscal pelo resultado das atividades dos Campos de Frade, Albacora Leste e Wahoo, que passaram a ser ativos operacionais da Forte. A legislação do Pilar 2, emitida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi adotada ou está em processo avançado de adoção em diversas jurisdições onde operam empresas controladas pela Prio, incluindo Luxemburgo, Áustria e Holanda. No Brasil, a promulgação ocorreu por meio da Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir do ano-calendário de 2025, assegurando a internalização dessas normas. A exposição potencial ao imposto adicional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nas Global Anti-Base Erosion Rules (GloBE Rules) para as empresas do Grupo Prio foi limitada ao cálculo completo da Effective Tax Rate (QDMTT - Qualifying Domestic Minimum Top-up Tax). De acordo com as GloBE Rules, a ETR do grupo econômico estabelece um imposto complementar sobre os lucros provenientes de jurisdições onde a taxa efetiva de imposto (ETR) seja inferior a 15%. Os testes aplicados às bases consolidadas do Grupo Prio para o ano fiscal de 2025 indicaram que a Effective Tax Rate (ETR) é superior a 15%, não gerando assim ajuste complementar de imposto. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos está como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Deságio/mais-valia em combinação de negócios	-	-	88.069	197.970
Diferenças temporárias (**)	(20.005)	(28.940)	(1.969.704)	(2.086.382)
Diferenças temporárias - outros resultados abrangentes (**)	-	-	(232.091)	-
Diferenças temporárias - diferença de base dos ativos (**)	-	-	2.177.563	3.913.286
Prejuízos fiscais	-	-	(8.090.896)	(7.661.273)
Saldo Líquido	(20.005)	(28.940)	(8.027.058)	(5.636.399)
Total do ativo	(20.005)	(28.940)	(8.121.172)	(5.636.399)
Total do passivo	-	-	94.113	-

	De 2023 a 2024					Total
	2026	2027	2028	2029	2030	
Deságio/mais-valia em combinação de negócios	(23.159)	11.198	9.865	8.917	8.213	7.580
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
Prejuízos Fiscais	(1.195.466)	(1.092.512)	(1.241.280)	(1.199.134)	(1.178.218)	(1.065.213)

(*) As alterações do valor de mercado dos swaps atrelados às debêntures e empréstimos originam diferenças na base fiscal, resultando em ativo ou passivo fiscal diferido, registrados em contrapartida de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. (**) As alterações na taxa de câmbio relacionadas à conversão histórica de itens não monetários originaram diferenças temporárias que resultaram em ativo fiscal diferido, que foi creditado no resultado conforme item 38 do CPC 32. (***) As diferenças temporárias referem-se principalmente a variações cambiais não realizadas.

17. Provisão para abandono de instalações: A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços nos campos: Campo de Polvo, Campo de Frade, Campo de Tubarão Martelo, Campo de Albacora Leste, Campo de Tubarão Azul e Campo de Peregrino está demonstrada a seguir:

	Tubarão		Albacora		Peregrino		Tubarão		Total
	Polvo	Martelo	Frade	Leste					



CNPJ nº 10.629.105/0001-68

dezembro de 2025 (R\$ 70.870 em 2024). Das opções outorgadas, 4.286.239 opções foram exercidas em 02 de janeiro de 2025, com a integralização de R\$ 98.995 no capital social da Companhia. 20.3. **Resultado por ação:** Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação nos exercícios:

Apuração do resultado básico e diluído por ação	31/12/2025	31/12/2024
Numerador (em R\$ mil)		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo	2.251.479	10.301.606
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada líquida de quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação (*)	812.316	834.379
Resultado básico por ação	2,772	12,346
Resultado diluído por ação	2,770	12,293
Ações potencialmente diluidoras em períodos futuros com lucro	568	3.632

* A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações em tesouraria durante o exercício.

20.4. **Destinação do lucro do exercício:** De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 0,001% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Como este lucro é composto integralmente por resultado positivo de equivalência patrimonial, todo o valor se enquadra como Lucro Não Realizado, conforme o artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, existe previsão para Reserva estatutária para investimentos, de até 100% do saldo a distribuir após cálculo do dividendo mínimo, com isso, a proposta para a destinação do lucro líquido do exercício está assim composta:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	2.251.479
Constituição de Reserva Legal (5%)	(112.574)
Saldo a distribuir	2.138.905
Dividendo mínimo obrigatório estatutário (0,001%)	21
Destinação à Reserva de lucros a realizar (art. 197 6.404/76)	(21)
Destinação à Reserva de investimentos	(2.138.884)

21. Transações com partes relacionadas (Controladora)

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber Prio S.A x Comercializadora (i)	94	-
Contas a receber Prio S.A x Forte (i)	1.484	10.892
Contas a receber Prio S.A x Bravo (i)	1.768	6.414
Rateio despesas administrativas Forte (ii)	5.067	-
Rateio despesas administrativas Bravo (ii)	921	-
Rateio despesas administrativas Tigris (ii)	9.210	-
Mútuo passivo Petrorio Luxembourg Holding x Prio S.A (iii)	(273.807)	(273.676)
Mútuo passivo Prio S.A x Coral (iv)	-	(16.384)
Mútuo passivo Prio S.A x Forte (v)	(172.526)	(375.051)
	(427.789)	(647.805)
Total no Ativo Não Circulante	18.572	17.970
Total no Passivo Não Circulante	(446.361)	(665.775)

(i) Saldo referente à remuneração com base em plano de opções de compra de ações da Companhia com a Comercializadora, Forte e Bravo. (ii) Saldo referente ao compartilhamento de despesas da Companhia com a Forte, Bravo e Tigris. (iii) Saldo referente a contrato de mútuo firmado desde o segundo semestre de 2019 entre a Prio e a Lux Trading, com prazo indeterminado e taxa de juros de 7,03% a.a. A Lux Trading foi incorporada pela Lux Holding em outubro de 2023 e dessa forma o mútuo foi transferido para a incorporadora. (iv) Saldo referente a contrato de mútuo no valor de R\$ 150.000, firmado em março de 2023, entre a Prio e a Prio Coral, com prazo indeterminado e taxa de juros de 3% a.a. que será utilizado para a composição de caixa para o programa de recompra de ações. Em fevereiro de 2024, foi firmado novo contrato de mútuo no valor de até R\$ 150.000, com as mesmas condições de prazo e taxa de juros do anterior. Conforme informado na nota explicativa 2.3, a Coral foi incorporada pela Forte em 30 de abril de 2025 e dessa forma o contrato foi liquidado. (v) Saldo referente a contrato de mútuo no valor de até R\$ 500.000, firmado em março de 2024, entre a Prio e a Petro Rio Jaguar, com prazo indeterminado e taxa de juros de 6,125% a.a. que será utilizado para a composição de caixa. Conforme informado na nota explicativa de contexto operacional, a Jaguar foi incorporada pela Forte em janeiro de 2025 e dessa forma o mútuo foi transferido para a incorporadora. Os efeitos no resultado foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre contratos de mútuo	48.345	42.492
Variação cambial	48.112	(102.765)
Total	96.457	(60.273)

Remuneração dos Administradores: A remuneração dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 34.932 (R\$ 27.185 em 2024), conforme detalhado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração dos Administradores	5.556	4.320
Benefícios de curto prazo a empregados	29.376	22.865
Pagamento baseado em ações	34.932	27.185

22. Receita Líquida

A receita líquida para os respectivos exercícios é composta da seguinte forma:

	31/12/2025					
	Venda de óleo produzido					
	Polvo/TBMT	Frade	Albacora Leste	Peregrino	Trading	Total
Receita bruta	1.765.815	4.218.789	3.468.791	4.500.706	1.754.261	15.708.362
Deduções	(14.052)	(29.656)	(56.989)	(23.705)	-	(124.402)
Receita líquida	1.751.763	4.189.133	3.411.802	4.477.001	1.754.261	15.583.960

	31/12/2024					
	Venda de óleo produzido					
	Polvo/TBMT	Frade	Albacora Leste	Peregrino	Trading (*)	Total
Receita bruta	1.928.431	6.888.479	4.027.533	248.203	2.200.045	15.292.691
Deduções	(34.446)	(79.040)	(41.501)	-	-	(154.987)
Subtotal	1.893.985	6.809.439	3.986.032	248.203	2.200.045	15.137.704
Despesas de comercialização	(222.827)	(254.968)	(211.462)	(48)	(87.746)	(777.051)
Receita líquida	1.671.158	6.554.471	3.774.570	248.155	2.112.299	14.360.653

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme valores demonstrados na nota explicativa 23, a área de trading realizou operações de compra e venda de óleo de terceiros com a aquisição de aproximadamente 4.222 mil barris de óleo. A partir de 2025, esses valores estão sendo apresentados na nota de Custos dos produtos vendidos dentro da linha de despesas de comercialização.

23. Custos dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e Amortização	(5.405.313)	(2.205.033)
Compra de óleo para revenda	(1.610.875)	(2.088.361)
Royalties e participação especial	(1.533.652)	(1.232.820)
Operação e Manutenção	(1.063.389)	(335.887)
Consumíveis	(625.186)	(564.534)
Pessoal	(553.542)	(255.427)
Depreciação de arrendamento	(298.515)	(182.841)
Outros Custos	(227.910)	(111.458)
Logística	(221.711)	(109.515)
Total dos custos de produção	(11.540.093)	(7.085.876)
Despesas de comercialização	(928.960)	-
Total dos custos dos produtos vendidos	(12.469.053)	(7.085.876)

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(8.213)	(49.406)
Despesas gerais e administrativas	(657)	(418)
Despesas com serviços de terceiros	(9.129)	(7.398)
Impostos e taxas	(2.238)	(3.897)
Despesa de depreciação e amortização	(24)	(112)
	(20.261)	(61.231)
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(400.861)	(224.535)
Despesas gerais e administrativas	(105.537)	(56.443)
Despesas com serviços de terceiros	(132.619)	(137.231)
Impostos e taxas	(12.631)	(31.674)
Despesa de depreciação e amortização	(151.055)	(106.422)
	(802.703)	(556.305)

25. Outras receitas e despesas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(2.041)	-
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	48	-
Complemento de despesa com bônus colaboradores/administradores	-	(55)
Outras Receitas (Despesas)	2.366	(488)
Total	373	(543)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aumento/Redução da provisão de abandono (alteração de taxa/curva)	-	(34.325)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(9.630)	(3.413)
Reversão (Provisão) para Contingências Fiscais	(4.978)	(3.331)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	5.532	315.710
Complemento de despesa com bônus colaboradores/administradores	-	(502)
Impostos sobre JSCP	(125.997)	(78.282)
Indirect Overhead - Parcerias	1.033	(29.098)
Ganho por compra vantajosa - Aquisição da Sinochem	-	58.412
Acordo para quitação da desmobilização do FPSO de Polvo	(142.919)	40.632
Perda parada de produção Peregrino	(194.765)	-
Fee de aquisição de Peregrino	(35.786)	-
Outras Receitas (Despesas)	15.642	8.054
Total	(491.868)	273.857

26. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	752	956
Receita de aplicação financeira realizada	531	800
Outras receitas financeiras	221	156
Despesas financeiras	(63.855)	(51.218)
Outras despesas financeiras	(63.855)	(51.218)
Variações cambiais, líquidas	(36.238)	93.957
Receita de variação cambial	55.109	232.440
Despesa de variação cambial	(91.347)	(138.483)
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	359.744	865.730
Receita de aplicação financeira realizada	172.189	729.203
Marcação a valor justo de derivativos	4.796	325
Ganho realização de derivativos	114.080	99.770
Outras receitas financeiras	68.679	36.432
Despesas financeiras	(2.267.761)	(1.576.425)
Perda em aplicação financeira realizada	(166.042)	(16.083)
Juros sobre empréstimos	(1.344.905)	(862.198)
Comissão sobre fianças	(8.177)	(165)
Marcação a valor justo de derivativos	(2.660)	-
Perda realização de derivativos	(161.885)	(81.072)
Despesas com juros sobre arrendamentos	(60.007)	(211.420)
Ajuste a valor presente abandono	(371.394)	(172.066)
Atualização passivo Earn - out	-	(61.292)
Outras despesas financeiras	(162.691)	(172.129)
Variações cambiais, líquidas	(133.918)	126.353
Receita de variação cambial	7.193.601	6.911.123
Despesa de variação cambial	(7.327.519)	(6.784.770)

27. Imposto de Renda e Contribuição Social: Os impostos sobre o lucro da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.258.502	10.282.634
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	767.891	3.496.096
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Diferenças Permanentes	919	3.485
Resultado de equivalência patrimonial	(808.429)	(3.502.242)
Diferença de base tributária - Moeda Funcional	46.642	(16.311)
Total	7.023	(18.972)
Imposto de renda diferido	7.023	(18.972)
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	7.023	(18.972)
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	0,31%	-0,18%

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(232.613)	6.361.119
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	(79.088)	2.162.780
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Diferenças Permanentes	259.214	(113.608)
Dedução/ Benefícios Fiscais (Utilização de) Prejuízo Fiscal	(3.753)	(12.717)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(482.851)	(71.009)
Efeito de alíquotas fiscais reduzidas nos EUA e Luxemburgo	-	(6.146.529)
Diferença de base tributária - Moeda Funcional	(323.462)	(1.212.019)
Total	(1.854.152)	1.452.615
Imposto de renda e contribuição social	(2.484.092)	(3.940.487)
Imposto de renda diferido	419.518	567.521
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.903.610)	(4.508.008)
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	1067,91%	-61,95%

28. Informações por segmento (Consolidado): O pronunciamento técnico CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia através de suas controladas opera apenas no segmento de exploração e produção (E&P) de óleo e gás no Brasil e no exterior, representando, portanto, um único segmento de atuação. Informações por segmento das operações continuadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Brasil	6.490.179	3.689.240
Exterior	3.083.086	4.263.332
Ativo não circulante		
Brasil	54.421.782	35.248.375
Exterior	184.558	12.545.218
Receita	31/12/2025	31/12/2024
Exterior	15.583.960	14.360.653

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros, preço e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, swaps, derivativos, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia. O Conselho de Administração estabelece e periodicamente revisa as políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de câmbio: O risco cambial é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da oscilação nas taxas de câmbio entre duas moedas. A companhia tem como moeda funcional o dólar por ter se não toda, a maior parte do seu caixa, receita, custos e dívida em dólar, considerando que as dívidas em reais possuem swap para dólar. Portanto, a Companhia entende que a oscilação nas taxas de câmbio não apresenta riscos relevantes. **Risco de mercado - preço:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (commodities). A companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos destas oscilações de preço das commodities. Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge: A Companhia contrata através de suas subsidiárias instrumentos financeiros derivativos para a proteção contra a volatilidade dos preços de petróleo no mercado. Dentre os instrumentos contratados temos opções de compra, opção de venda, forwards e swaps. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma perda líquida com a realização de operações de hedge no valor de R\$ 47.805 e receita de marcação a valor de mercado no valor de R\$ 2.136. O valor de mercado dos instrumentos está registrado no passivo circulante da Companhia no valor de R\$ 1.012. A Companhia designou as debêntures e o empréstimo contratado junto ao Banco XP S/A como itens protegidos, e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (hedge accounting), conforme CPC 48/ IFRS 9, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descausamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal. Em 31 de dezembro de 2025 a marcação a mercado dos contratos de swap somava R\$ 682.622 (R\$ 1.483.243 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Marcação a mercado	671.595	1.483.243
Swap debêntures	11.027	-
Swap empréstimos	682.622	1.483.243

Risco de mercado - taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos captados atrelados ao indexador SOFR. A aplicação dos recursos disponíveis é realizada, predominantemente, em títulos emitidos por instituições financeiras, com taxas pós-fixadas baixas e, em sua maioria, com liquidez diária, respeitando os limites prudenciais de concentração e não representando risco significativo. A tabela a seguir informa a análise de sensibilidade realizada para um horizonte de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2025. O cenário provável apresenta o valor dos juros considerando as taxas de mercado, e os cenários I e II demonstram a despesa total de juros flutuantes caso ocorra uma variação de 25% e 50% nessas taxas de juros, respectivamente, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (I) 25%	Cenário (II) 50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento da SOFR	(87.668)	(101.194)	(114.720)

Risco de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração, listados na nota explicativa de caixa e equivalentes de caixa. Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (trader), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as vendas líquidas de petróleo foram para 17 clientes distintos, que não apresentam risco de crédito relevante, considerando que historicamente não possuem atrasos nem inadimplências, sendo os principais, Repsol com 29% do total e Unipac com 15% do total. O prazo médio de recebimento é de 30 dias da conclusão da venda. **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025		Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	
	Valor Contábil	até 12 meses	acima de 12 meses	Total
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(17.167.620)	(2.40		



CNPJ nº 10.629.105/0001-68

referente ao passivo contingente assumido, mensurado sobre as provisões possíveis. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 221.458 (R\$ 221.883 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 25.111 (R\$ 76.654 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. Deste valor, as causas mais relevantes são: (1) Secretaria da Receita Federal, referente à Impugnação ao Auto de Infração lavrado contra a Prio Tigris, no qual é exigido crédito tributário a título de IRPJ e de CSLL, relativos aos anos-base de 2012 e 2013, acrescidos de multa de 75% e juros calculados pela Selic, no montante de R\$ 57.764; e (2) Fazenda Nacional, referente à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar antecedente para suspensão da exigibilidade integral do crédito tributário decorrente da cobrança emitida pela Receita Federal, no montante de R\$ 12.731. Demais causas possíveis de perda: Segundo os consultores jurídicos do Grupo, o risco de perda das demais causas é "possível" no montante de R\$ 4.029.942 (R\$ 3.977.485 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 1.426.339 de causas fiscais, R\$ 2.598.906 cíveis e R\$ 4.697 trabalhistas (R\$ 1.778.460, R\$ 2.160.969 e R\$ 38.056, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). As causas com valores mais relevantes são: (1) Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores, no montante de R\$ 1.314.970, requerendo o pagamento de danos materiais e morais por prejuízos causados a pescadores de municípios dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em razão da criação de uma zona de exclusão pesqueira para a plataforma de exploração de gás e petróleo, no Campo de Frade; (2) Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro ("FEPERJ"), no montante de R\$ 451.590, requerendo a reparação por supostos prejuízos sofridos pelos pescadores em decorrência dos Derramamentos de Petróleo do Campo de Frade em 2011/2012, quando operado pela Chevron, que atualmente encontra-se em fase de conhecimento; (3) Secretaria de Receita Federal no valor de R\$ 346.486, referente ao auto de infração com exigência de IRRF sobre as remessas ao exterior a título de juros decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") da Forte; (4) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 221.374, cobrando IRPJ e CSLL em razão das regras de preço de transferência utilizadas na Jaguar em 2010, quando operado pela Chevron, e encontra-se aguardando julgamento de Apelação em 2ª instância judicial. A Companhia aguarda o recebimento dos autos para encerramento do processo, que tem sentença favorável à Prio Jaguar; (5) Secretaria de Receita Federal no valor de R\$ 179.948, referente ao não reconhecimento do ressarcimento antecipado no montante de 50% do crédito total de Pis e Cofins; (6) Fazenda Nacional no valor de R\$ 109.271, referente à exigência de forma antecipada do pagamento do montante histórico de R\$ 76.223, decorrente de valores de créditos de Pis e Cofins antecipados pela Receita Federal; (7) Fazenda Nacional no valor de R\$ 98.401 referente à Ação Ordinária ajuizada com o objetivo de desconstituir crédito tributário a título de IRRF da Forte; (8) Sentença arbitral movida pela Tuscany, no valor de R\$ 107.948, referente ao ressarcimento devido à rescisão antecipada dos contratos de locação e operação de sondas helitransportáveis para a O&G. **31. Eventos subsequentes:** 31.1. Licença de operação de Wahoo: No dia 03

de março de 2026 foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente ("Ibama"), a Licença de Operação do Campo de Wahoo. Com a emissão da Licença de Operação, a Companhia conclui a última etapa regulatória para o início da produção do campo, que se encontra em etapa final de comissionamento.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes em instruções emitidas pela CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua divulgação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2026

Parecer do Conselho de Fiscal

O Conselho Fiscal da PRIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representante da administração da Companhia e no parecer, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, recomendando sua aprovação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2026

Parecer do Comitê de Auditoria

Em reunião no dia 06 de março de 2026, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da PRIO S.A. ("PRIO" ou "Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras consolidadas, incluindo notas explicativas, a versão final do Relatório da Administração da Companhia, bem como a proposta de destinação do respectivo resultado, todos com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as informações prestadas pelo representante da administração da PRIO, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, favoravelmente a tais documentos, atestando que os mesmos se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à sua elaboração, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
Rio de Janeiro, 06 de março de 2026

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

O presente relatório tem como objetivo registrar as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria no exercício social de 2025, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, com destaque para as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, em cumprimento ao disposto no artigo 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado, nos artigos 31-D, inciso VI e 31-E da Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 ("Resolução CVM nº 23/2021") e no artigo 21 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria. No período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente em 9 (nove) ocasiões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 5 (cinco) reuniões extraordinárias. Dentre os assuntos discutidos destacam-se os seguintes temas: Na qualidade de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculantes, devendo ser acompanhadas pela respectiva análise que as suporte. Principais temas discutidos pelo Comitê de Auditoria entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2025: Na primeira Reunião do Comitê de Auditoria, que teve início no dia 28 de fevereiro de 2025, foi suspensa na mesma data, e retomada no dia 31 de março de 2025, o Coordenador do Comitê deu início aos trabalhos com a leitura das minutas dos relatórios circunstanciado e resumido, discorrendo a respeito das atividades desempenhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2024, os principais temas discutidos nas reuniões, bem como as respectivas conclusões e recomendações, nos termos do artigo 31-E da Resolução CVM nº 23/2021, tendo os membros do Comitê deliberado pela sua aprovação, autorizando a sua divulgação na forma da regulamentação aplicável. Na mesma ocasião, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia apresentou (i) o relatório de atividades realizadas no exercício social de 2024 pela área de Auditoria Interna, acompanhado das conclusões obtidas com base nas auditorias realizadas no âmbito do Plano Anual de Auditoria no período em referência; e (ii) a proposta de Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício social de 2025, tendo o Comitê de Auditoria avaliado como satisfatórias as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna no exercício social de 2024 e deliberado recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna referente ao ano de 2025. Ao final, a Diretoria Financeira da Companhia apresentou os destaques financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, tendo os membros do Comitê deliberado emitir parecer favorável às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo notas explicativas, à versão final do Relatório da Administração da Companhia, bem como à proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social em referência. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 09 de abril de 2025, a Diretoria Financeira da Companhia apresentou aos membros do Comitê os principais aspectos da proposta submetida pela KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa independente para a Companhia e suas subsidiárias, tendo o Comitê deliberado opinar favoravelmente à contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria externa independente, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes SS Ltda., com início de suas atividades a partir da revisão das Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2025. Adicionalmente, foi consignada a existência de contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e a KPMG Auditores Independentes Ltda. relativos à assecuração limitada do inventário de emissão de gases estufa da Companhia referente ao exercício social de 2024, celebrado anteriormente à contratação desta como auditor externo da PRIO. Após a discussão das informações, o Comitê entendeu que a manutenção da prestação dos referidos serviços (i) não teria o potencial de influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada; e (ii) não teria o potencial de comprometer a objetividade e a independência na prestação dos serviços de auditoria externa, pelo que deliberaram opinar pela conveniência da sua manutenção. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 05 de maio de 2025, o Diretor Financeiro da Companhia apresentou os destaques financeiros do primeiro trimestre do exercício social de 2025, tendo os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., auditores externos da Companhia, exibido os principais aspectos de revisão das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2025 e apontado os principais assuntos examinados no período. Após discussão das informações, o Comitê deliberou emitir parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 04 de julho de 2025, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia discorreu sobre informações das atividades desempenhadas pela área no âmbito do plano anual de trabalho referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, com destaque para os principais aspectos da auditoria realizada nos contratos para fornecimento de serviços e materiais celebrado com fornecedor da Companhia. Após esclarecimentos e discussão sobre o tema, os membros do Comitê agradeceram as informações

que lhes foram fornecidas e consideraram satisfatória a condução dos trabalhos de auditoria interna. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 31 de julho de 2025, o Diretor Financeiro da Companhia deu início aos trabalhos apresentando os destaques financeiros do segundo trimestre do exercício social de 2025. Ao tomar parte da reunião, os representantes da auditoria externa exibiram o escopo e o alcance dos trabalhos de revisão do trimestre, com destaque para os principais assuntos examinados, e registraram que os trabalhos foram conduzidos dentro da normalidade, sem a identificação de inconsistências materiais, deficiências de controles internos, transações atípicas com partes relacionadas ou restrições ao escopo dos trabalhos. Após os esclarecimentos prestados, os Srs. membros do Comitê deliberaram pela emissão de parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 29 de setembro de 2025, o Compliance Officer da Companhia apresentou as principais atividades desenvolvidas pela Gerência de Compliance no âmbito do Programa de Integridade da PRIO ao longo do exercício social de 2025, com destaque para os trabalhos conduzidos nos eixos de cultura, estrutura de governança e compliance, incluindo (i) análise de riscos relacionados a direitos humanos, conformidade, conflitos de interesse e anticorrupção; (ii) realização de treinamentos sobre temas de integridade; (iii) revisão de processos internos vinculados à gestão de consequências e ao gerenciamento de riscos, em conformidade com a NR-1; e (iv) reformulação do Canal de Integridade e do processo de apuração de denúncias, tendo registrado que não houve denúncias relacionadas ao escopo do Comitê. Encerrada a apresentação, os Srs. membros do Comitê agradeceram as informações que lhes foram fornecidas e avaliaram como satisfatória a condução dos trabalhos desempenhados na Gerência de Compliance. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 27 de outubro de 2025, o Coordenador do Comitê apresentou os principais aspectos de proposta de contratação de serviços não relacionados à auditoria independente a serem prestados pela KPMG LLP, sociedade integrante da mesma organização da KPMG Auditores Independentes Ltda. Após análise e discussão da matéria, os membros do Comitê concluíram que a contratação dos serviços propostos (i) não tem o potencial de influenciar as decisões tomadas pela administração da Companhia; e (ii) não compromete a objetividade e independência na prestação dos serviços dos auditores externos, tendo opinado pela conveniência da contratação dos serviços em referência. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 31 de outubro de 2025, o Coordenador do Comitê exibiu as principais informações relativas à proposta de contratação de serviços a serem prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. relativos à assecuração limitada do inventário de emissões de gases efeito estufa da Companhia referente ao exercício social de 2025. Após análise e discussão da matéria, os membros do Comitê concluíram que a contratação dos serviços propostos (i) não tem o potencial de influenciar as decisões tomadas pela administração da Companhia; e (ii) não compromete a objetividade e independência na prestação dos serviços dos auditores externos, tendo opinado pela conveniência da contratação dos serviços em referência. Na mesma oportunidade, a Diretoria Financeira da Companhia, apresentou os destaques financeiros do terceiro trimestre do exercício social de 2025, tendo os auditores independentes da Companhia exibido material com os principais assuntos examinados no período e os respectivos resultados decorrentes da revisão das informações trimestrais em questão. Ao final, os Srs. membros do Comitê deliberaram emitir parecer favorável às Informações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025. Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 17 de dezembro de 2025, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia discorreu sobre (i) as atividades desempenhadas pela Gerência de Auditoria Interna no exercício social de 2025 no âmbito do Plano Anual de Auditoria, com destaque para os principais conclusões obtidas nas auditorias realizadas no período; e (ii) as melhorias nos processos conduzidos pela área, tendo exposto breve resumo a respeito da execução do plano de atividades relativo ao exercício de 2025, os treinamentos realizados pelos integrantes da Gerência de Auditoria Interna e os prêmios e reconhecimentos recebidos, pelo que os membros do Comitê se declararam satisfeitos com as informações fornecidas. Na sequência, a Gerência Tributária e Fiscal tomou parte da reunião e apresentou os destaques da Reforma Tributária decorrente da Emenda Constitucional nº 132/2023, da Lei Complementar nº 214/2025 e da Lei nº 15.270/2025, com ênfase para os impactos previstos nas operações da Companhia, o cronograma de implementação do novo sistema de tributação e as medidas de adequação em curso, incluindo ajustes sistêmicos para atendimento ao Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela Reforma Tributária. Ao final, o Coordenador do Comitê apresentou os termos da proposta de orçamento anual do Comitê para o exercício social de 2026, a ser submetida ao Conselho de Administração e incorporada à proposta de orçamento anual da Companhia para o referido exercício, tendo os Srs. membros do Comitê deliberado aprovar a proposta em questão.

Composição do Conselho de Administração	Composição do Conselho Fiscal	Composição da Diretoria Executiva
Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure - Presidente Emiliano Fernandes Lourenço Gomes; Felipe Gustavo da Silva Felipe Villela Dias; Flávio Vianna Ulhôa Canto; Gustavo Rocha Gattass Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo; Roberto Bernardes Monteiro	Titulares: Elias de Matos Brito; Gilberto Braga; Marco Antônio Peixoto Simões Velozo. Suplentes: Ronaldo dos Santos Machado; Cicero Ivan do Vale Anderson Mascoto Peixoto	Roberto Bernardes Monteiro - Diretor Presidente e de Relações com Investidores Milton Salgado Rangel Neto - Diretor Financeiro Francisco Francilmar Fernandes - Diretor de Operações. Contador: Rafael Gonçalves Sierra - CRC / RJ 095205/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prio S.A. (Companhia) e suas controladas, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Prio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. 1 – Avaliação da estimativa de provisão para abandono de instalações: Conforme Nota Explicativa nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria: Como resultado das suas operações, a Companhia reconhece provisões relacionadas com sua obrigação de remover equipamentos e restaurar as áreas onde a Companhia operou. Quando ocorre o encerramento da respectiva produção de petróleo e gás natural, comumente conhecidas como provisão para abandono. A estimativa da Companhia para a provisão de abandono de instalações inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental e para o desmantelamento e remoção das estruturas e equipamentos utilizados na produção de petróleo e gás natural, assim como seus custos estimados e o prazo para este abandono. Consideramos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e às incertezas relacionadas, em especial os custos estimados de abandono, o prazo, e a taxa de desconto utilizadas para o registro da provisão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação da estimativa de provisão para abandono de instalações, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas chave que compreendem os custos estimados de abandono, prazo do mesmo, e a taxa aplicada; - Com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de infraestrutura, foi realizada a análise do método utilizado para definir a extensão do trabalho de abandono para determinação dos custos estimados baseado nas práticas relevantes da indústria, bem como a avaliação dos custos estimados desta extensão do abandono por meio de comparação, em base amostral, de determinados custos de abandonos de poços com dados de mercado obtidos de fontes externas ou contratos similares já existentes; - Com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, foi realizada a análise das premissas econômicas utilizadas na determinação da taxa de desconto comparando as mesmas com informações externas de mercado; - Avaliação dos prazos de abandono usados pela Companhia por meio da análise dos seguintes itens para cada área de abandono: data limite da concessão existente, suas curvas de produção e vida útil das reservas utilizadas na estimativa comparando-as com os volumes de reservas de petróleo e gás natural certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia; - Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás, e dos especialistas utilizados para avaliação dos custos de abandono estimados. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para abandono de instalações é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 2 – Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido ativo: Conforme Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria: A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativo constituído por diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados como recuperáveis com base na projeção e probabilidade de lucros tributáveis futuros. A estimativa da Companhia sobre a projeção de lucros tributáveis futuros depende de certas premissas futuras relevantes como: preço futuro do petróleo (Brent), gastos capitalizáveis ("CAPEX"), gastos operacionais ("OPEX") e, as estimativas de volumes das reservas de petróleo e gás. Consideramos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e às incertezas relacionadas as projeções de resultado tributável futuro, considerando que pequenas alterações em tais premissas poderiam causar um impacto relevante na estimativa do imposto de renda e contribuição social diferido ativo. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Teste de desenho e implementação de certos controles internos associados a preparação, revisão e aprovação das projeções de resultado tributável futuro utilizados para o registro do imposto de renda e contribuição social diferido; - Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, foi realizada a avaliação do preço futuro do petróleo e gás natural utilizados no teste de projeções de resultado tributável futuro, comparando-os com dados externos de mercado; - Avaliação do CAPEX e o OPEX utilizados nas projeções de fluxos de caixa comparando os mesmos com os orçamentos da Companhia, e dados históricos; - Avaliação dos volumes das reservas de petróleo e gás utilizados nas projeções de fluxos de caixa comparando os mesmos com os volumes de reservas de petróleo e gás natural certificados por especialista externo de reservas contratado pela Companhia, além de dados históricos de produção; - Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do especialista externo contratado pela Companhia para certificar os volumes de reservas de petróleo e gás. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 12 de março de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Nos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 13/03/2026 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/13/PRIO1588105313032026.pdf>
Hash: 17733519613f8b403d21314d48942512a99a84a15f